

Art. 7º O risco de crédito das operações de aquisição dos CRI será do Agente Operador, que terá como garantia os créditos imobiliários que constituem o lastro dos CRI.

Parágrafo único. Fica instituído, por esta Resolução, o regime fiduciário sobre os créditos imobiliários vinculados a cada série dos CRI, na forma definida pela lei 9.514/97, suas alterações e aditamentos.

Art. 8º A taxa de risco da operação será de 0,2% a.a. (zero vírgula dois por cento ao ano), além da rentabilidade que será paga ao FGTS, em decorrência do *rating* "AA" atribuído à operação pela área de risco da CAIXA.

Art. 9º A empresa Pentágono S.A. DTVM atuará na condição de Agente Fiduciário e terá a responsabilidade de zelar pela proteção dos direitos e interesses do FGTS, enquanto titular dos CRI, e exercer, na hipótese de insolvência da Emissora, a administração do Patrimônio Separado.

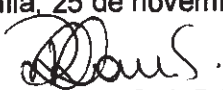
Art. 10º O Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias fica autorizado a assinar o respectivo Termo de Subscrição, Integralização e Liquidação para a aquisição dos CRI, que ocorrerá em 27 de novembro de 2013.

Art. 11 A aquisição dos CRI utilizará recursos do orçamento do FGTS do ano de 2013, que foi aprovado pela Resolução do CCFGTS n° 713, de 11 de dezembro de 2012 e Circular CAIXA n° 629, de 11 de setembro de 2013.

Art. 12 A matéria deverá ser levada ao Conselho Diretor para conhecimento.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 25 de novembro de 2013.


RUTE PORTUGAL DOS SANTOS
Secretária Geral - SEGER
Assinatura por delegação de competência
nos termos da Portaria n° 005/2013 - PRESI